

# **CONAOP**

## **CONSELHO NACIONAL DA ORDEM PARLAMENTAR**

### **PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO**

**JOÃO CARLOS DUARTE DOS SANTOS**

**408.299.524-20**

**RECIFE-PE, AGOSTO DE 2025**

## RESUMO

### Contexto

O Brasil adota um sistema democrático representativo, no qual os cidadãos escolhem, por meio do voto, seus representantes nos níveis municipal, estadual e federal. No âmbito federal, o Congresso Nacional é composto por **513 deputados federais** e **81 senadores**, responsáveis por legislar sobre temas de interesse coletivo e também por deliberar sobre regras que impactam a própria atuação parlamentar.

Contudo, o momento histórico atual é marcado por um **forte desgaste da imagem do Poder Legislativo**. Pesquisas recentes mostram que menos de 20% da população confia no Congresso Nacional, e a maioria dos brasileiros acredita que os parlamentares **atuam mais em benefício próprio** do que no interesse público. Essa aversão é resultado de fatores como:

- **Escândalos de corrupção** e denúncias de mau uso de verbas públicas;
- **Aumento de privilégios e benefícios** em períodos de crise econômica;
- Falta de **transparência** na distribuição de recursos, como nas chamadas **emendas secretas**;
- Percepção de **distanciamento** entre os parlamentares e as reais necessidades da sociedade.

Esse contexto de baixa confiança institucional e insatisfação popular gera um cenário propício para a adoção de novos mecanismos de participação cidadã, que aproximem a população das decisões políticas e reforcem a transparência das instituições.

### Caracterização do Problema

Em situações que envolvem decisões sobre interesses diretos dos próprios parlamentares — como definição de salários, verbas de gabinete, número de cadeiras no Congresso, punições disciplinares e critérios de emendas parlamentares —, há uma tendência natural ao corporativismo. Essa inclinação leva, muitas vezes, à aprovação de medidas que divergem do senso comum de justiça da população, gerando insatisfação social e desconfiança nas instituições.

O impasse se instala: de um lado, a população cobra mais rigor, transparência e responsabilidade; de outro, os parlamentares detêm o poder exclusivo de decidir sobre temas que os beneficiam diretamente. Nesse contexto, torna-se necessário criar um mecanismo participativo que envolva cidadãos comuns, de forma independente, para colaborar nessas decisões sem comprometer o modelo democrático vigente.

### Proposta de Solução

Propõe-se a criação do **Conselho Nacional da Ordem Parlamentar (CONAOP)**, um órgão consultivo e deliberativo composto por 100 cidadãos escolhidos por sorteio, de forma rotativa e representativa de todos os segmentos da sociedade brasileira.

Esses conselheiros terão mandato temporário e se reunirão no Distrito Federal exclusivamente para deliberar sobre assuntos que envolvem diretamente os interesses dos parlamentares, retirando dos próprios deputados e senadores a responsabilidade de decidir sobre temas que possam gerar conflitos de interesse.

O CONAOP será formado de maneira plural e inclusiva, garantindo diversidade de origem geográfica, gênero, raça, classe social, profissão e religião. **A proposta busca aproximar o povo das decisões políticas, assegurando maior equidade, transparência e legitimidade na definição dos direitos e deveres dos parlamentares.**

## OBJETIVO

O objetivo central do CONAOP é fortalecer a democracia e garantir que as regras que regem a atuação dos representantes do povo sejam definidas com base na vontade popular, e não por interesses corporativos. Com isso, espera-se:

- Reduzir conflitos de interesse nas decisões sobre benefícios parlamentares.
- Aumentar a confiança da população nas instituições democráticas.
- Promover maior transparência e controle social sobre o funcionamento do Legislativo.
- Ampliar a participação cidadã na gestão dos recursos públicos e nas definições que impactam diretamente o Parlamento.

## PARTICIPAÇÃO POPULAR EM OUTROS PAÍSES

A participação direta da população em decisões políticas e administrativas tem sido adotada em diversos países como forma de fortalecer a democracia, aumentar a transparência e garantir que decisões de alto impacto representem os interesses coletivos. A seguir, destacamos alguns modelos de referência que podem servir de inspiração para a implantação do CONAOP no Brasil:

---

### 1. Suíça – Democracia Direta e Plebiscitária

A Suíça é mundialmente reconhecida por seu sistema de democracia direta, no qual os cidadãos participam de votações frequentes sobre temas legislativos, fiscais e administrativos.

- Como funciona: Qualquer lei aprovada pelo Parlamento pode ser submetida a referendo popular caso 50 mil cidadãos assinem um pedido. Além disso, a população pode propor alterações constitucionais mediante iniciativa popular.
  - Resultados positivos:
    - Aumento da confiança da população no governo.
    - Maior sensação de pertencimento ao processo legislativo.
    - Decisões mais alinhadas com os interesses da sociedade.
- 

### 2. Irlanda – Assembleias Cidadãs (Citizen's Assemblies)

A Irlanda adotou um modelo inovador de assembleias cidadãs para deliberar sobre temas sensíveis e complexos.

- Como funciona: Um **grupo sorteado aleatoriamente**, composto por cidadãos comuns representativos da diversidade social, recebe treinamento, informações técnicas e espaço para debate.
  - Exemplo prático: A Assembleia Cidadã irlandesa foi decisiva para a descriminalização do aborto em 2018, tema de alta complexidade moral e política.
  - Resultados positivos:
    - Aumento da legitimidade das decisões.
    - Participação ativa de cidadãos comuns em decisões históricas.
    - Redução da polarização política e social.
- 

### 3. Canadá – Júris Cidadãos para Políticas Públicas

O Canadá adota os chamados Citizen Juries, grupos de **cidadãos selecionados aleatoriamente** para avaliar políticas públicas específicas.

- Como funciona: Os participantes analisam dados, recebem orientação técnica de especialistas e apresentam recomendações para o governo.
- Exemplo prático: Em British Columbia, um júri cidadão foi fundamental para reformular o sistema eleitoral, criando um modelo mais justo e representativo.
- Resultados positivos:
  - Transparência e credibilidade no processo.

- Maior aceitação popular das reformas propostas.
- 

#### 4. Estados Unidos – Grand Jury e Participação Popular no Judiciário

Nos Estados Unidos, a figura do Grand Jury é um exemplo consolidado de participação cidadã no sistema de justiça.

- Como funciona: **Cidadãos selecionados aleatoriamente** participam de júris para avaliar denúncias e decidir se um caso deve ir a julgamento.
  - Resultados positivos:
    - Maior equilíbrio de poderes entre Estado e sociedade.
    - Fortalecimento da transparência processual.
- 

#### 5. Lições para o Brasil

A análise das experiências internacionais demonstra que:

- Sorteios públicos e transparentes aumentam a credibilidade dos processos.
- A diversidade de perfis sociais garante maior representatividade.
- O fornecimento de treinamento e orientação técnica aos cidadãos é essencial para que decisões sejam bem fundamentadas.
- A participação direta não substitui o Parlamento, mas complementa sua atuação, garantindo independência nas decisões que envolvem interesses dos próprios parlamentares.

Esses modelos mostram que dar voz ao cidadão em decisões estratégicas traz mais legitimidade, transparência e eficiência para os processos democráticos. O CONAOP se inspira nessas experiências e adapta suas melhores práticas à realidade brasileira.

## A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DO TRIBUNAL DO JÚRI

A participação direta de cidadãos em decisões de alta relevância **não é uma novidade no Brasil**. O Tribunal do Júri é um exemplo consolidado de democracia participativa no âmbito do Poder Judiciário, no qual cidadãos comuns são responsáveis por julgar determinados crimes graves contra a vida. Essa experiência serve como inspiração e referência prática para a implantação do Conselho Nacional da Ordem Parlamentar (CONAOP).

---

### 1. Origem e Evolução Histórica

O Tribunal do Júri foi instituído no Brasil em 1822, inspirado no modelo inglês e previsto na Constituição Imperial de 1824. Desde então, foi incorporado em todas as constituições brasileiras, consolidando-se como um dos pilares da participação popular no sistema de justiça.

A Constituição Federal de 1988 assegurou definitivamente o direito ao Tribunal do Júri, estabelecendo a competência exclusiva para julgar crimes dolosos contra a vida, como homicídio, feminicídio, aborto e infanticídio.

---

### 2. Composição e Funcionamento

- **Sorteio de Jurados:** Os jurados são cidadãos comuns, escolhidos por sorteio dentre os inscritos em listas públicas fornecidas por órgãos municipais e eleitorais.
  - **Diversidade e Representatividade:** Não há exigência de formação jurídica; a seleção prioriza a pluralidade social, incluindo cidadãos de diferentes classes, profissões e origens.
  - **Tomada de Decisões:** Os jurados deliberam com base nas provas apresentadas e votam de forma secreta, decidindo pela condenação ou absolvição do acusado.
  - **Obrigatoriedade e Direitos:** A participação no júri é considerada um serviço público relevante, garantindo ao cidadão dispensa do trabalho e proteção legal contra prejuízos.
- 

### 3. Resultados e Benefícios para a Sociedade

O Tribunal do Júri apresenta resultados positivos que reforçam a importância de dar voz à população:

- **Legitimidade das decisões:** O julgamento por pares aumenta a confiança social no sistema de justiça.
  - **Fortalecimento da cidadania:** O cidadão participa ativamente de um processo decisório de alto impacto.
  - **Transparência processual:** As sessões são públicas, e as decisões refletem a pluralidade da sociedade.
  - **Redução de privilégios corporativos:** Ao entregar o julgamento a cidadãos, evita-se a influência direta de grupos de interesse.
- 

### 4. Relação com o CONAOP

Assim como no Tribunal do Júri, o CONAOP propõe que cidadãos comuns sejam sorteados para decidir sobre questões que afetam diretamente a sociedade — neste caso, relacionadas aos direitos, deveres e benefícios dos parlamentares.

A inspiração é clara:

- Sorteio público e transparente → garante diversidade e representatividade.

- Mandato temporário → evita vícios de poder e influência política.
- Decisões coletivas e imparciais → reduzem o impacto do corporativismo.
- Serviço público relevante → fortalece a cidadania e aproxima o povo das instituições.

O sucesso do Tribunal do Júri comprova que **o Brasil já possui experiência histórica** com a participação cidadã organizada, tornando viável e exequível a implementação de um modelo semelhante no âmbito do Legislativo por meio do CONAOP.

# O CONSELHO NACIONAL DA ORDEM PARLAMENTAR - CONAOP

## 1. Objetivo

O Conselho Nacional da Ordem Parlamentar (CONAOP) tem como principal objetivo definir, com base na participação popular, os direitos, deveres e benefícios dos parlamentares brasileiros. Trata-se de um mecanismo democrático complementar ao Congresso Nacional, criado para evitar conflitos de interesse e garantir decisões mais justas, transparentes e representativas.

Diferentemente do processo legislativo tradicional, em que deputados e senadores votam sobre temas que podem beneficiá-los diretamente, o CONAOP transfere essas deliberações para um colegiado de cidadãos comuns, promovendo maior equidade e imparcialidade.

Os objetivos específicos do CONAOP incluem:

- Reduzir o corporativismo parlamentar, assegurando que decisões sobre salários, verbas, benefícios e punições sejam tomadas por cidadãos independentes.
- Fortalecer a confiança da sociedade nas instituições democráticas, aproximando o povo do processo de tomada de decisão.
- Ampliar a transparência legislativa, permitindo que a sociedade acompanhe e participe ativamente das definições que impactam o Parlamento.
- Promover a representatividade social, garantindo que as deliberações reflitam a diversidade de perfis, opiniões e realidades brasileiras.
- Aprimorar o controle social sobre as decisões que envolvem recursos públicos e prerrogativas parlamentares.

O CONAOP não substitui o Parlamento, mas complementa suas funções, atuando apenas nos temas diretamente relacionados à estrutura, funcionamento, direitos e deveres dos próprios parlamentares.

---

## 2. Composição

O CONAOP será composto por 100 cidadãos selecionados mensalmente por meio de sorteio público e transparente, utilizando bases oficiais como o **CADÚNICO** e o **GOV.BR** para garantir representatividade social e diversidade nacional.

A composição do Conselho buscará refletir de forma fiel e plural a realidade da população brasileira, garantindo:

- Representação proporcional de todas as regiões do país.
- Inclusão de cidadãos de cidades grandes, médias e pequenas.
- Diversidade de classes sociais, profissões e categorias trabalhistas.
- Participação equilibrada de gêneros, raças, etnias e crenças religiosas.
- Inclusão de pessoas com diferentes níveis de escolaridade e faixas etárias, para assegurar uma visão ampla e inclusiva.

Critérios para Formação do Conselho

- Sorteio mensal: realizado de forma pública, com transmissão ao vivo, garantindo transparência.
- Rotatividade obrigatória: cada conselheiro participa por um mandato de até 15 dias de sessões, sem possibilidade de recondução imediata.



- Equilíbrio demográfico: os critérios de seleção garantirão que o grupo represente, de forma proporcional, a diversidade demográfica do Brasil.

Essa composição heterogênea e inclusiva assegura que as decisões do CONAOP reflitam a realidade da sociedade brasileira e não apenas os interesses de um grupo restrito. Além disso, a rotatividade constante impede o surgimento de privilégios e favorecimentos, preservando a independência do Conselho.

---

### 3. Candidaturas

A participação no CONAOP será aberta a todos os cidadãos brasileiros que atendam a critérios mínimos de inscrição e cadastro, garantindo um processo transparente, democrático e inclusivo.

Para compor a base de seleção, o cidadão deverá:

- Estar cadastrado no **CadÚnico** ou possuir registro ativo no **Gov.br**;
- Preencher um questionário socioeconômico específico, com informações sobre renda, escolaridade, profissão, local de residência e outros dados relevantes para fins de representatividade;
- Autorizar o uso dos dados cadastrais exclusivamente para participação no processo de sorteio e eventual convocação.

Além disso, a inscrição será gratuita e poderá ser feita de forma digital nos Correios e Postos de Saúde, ou por meio de plataforma oficial, garantindo acessibilidade e ampla divulgação para toda a sociedade.

O objetivo é formar uma base ampla de cidadãos aptos ao sorteio, representando os mais diversos perfis da população brasileira, evitando qualquer tipo de exclusão por classe, crença, região ou nível de escolaridade.

---

### 4. Restrições

Embora o CONAOP tenha caráter inclusivo, alguns cidadãos estarão impedidos de participar por razões legais, técnicas ou de conflito de interesse, garantindo integridade e imparcialidade nas decisões. As restrições incluem:

#### 4.1. Impedimentos Legais

- Pessoas com restrição de liberdade (cumprindo pena em regime fechado, semiaberto ou aberto).
- Indivíduos com condenações transitadas em julgado por crimes contra a administração pública, corrupção, lavagem de dinheiro, improbidade administrativa ou crimes dolosos graves.
- Cidadãos legalmente inaptos ao exercício dos direitos políticos.

#### 4.2. Impedimentos por Conflito de Interesse

- Parlamentares em exercício, ex-parlamentares dos últimos 8 anos e seus familiares de 1º grau.
- Servidores e funcionários com cargos de confiança no Congresso Nacional ou em partidos políticos.
- Pessoas diretamente ligadas a empresas com contratos vigentes com o Legislativo.

#### 4.3. Impedimentos por Problemas de Saúde

- Pessoas com impossibilidade de locomoção, decorrente de condições médicas, limitações físicas ou tratamentos de saúde que impeçam presença e deslocamento até as sessões;
- Pessoas com comprometimento significativo das capacidades cognitivas, que inviabilizem raciocínio pleno, tomada de decisão autônoma e participação ativa nos debates.

#### 4.4. Participações Anteriores

- Cidadãos que já tenham atuado como conselheiros no CONAOP nos últimos 3 anos não poderão ser sorteados novamente, garantindo rotatividade e ampliando a participação social.

Essas regras visam preservar a imparcialidade e a efetividade do Conselho, evitando que decisões sejam influenciadas por interesses pessoais, partidários ou econômicos.

---

### 5. Direitos e Deveres

A participação no CONAOP será considerada serviço público relevante, com garantias legais e deveres claros para os conselheiros, assegurando condições adequadas de trabalho e plena dedicação às atividades.

#### 5.1. Direitos dos Conselheiros

- Dispensa do trabalho durante o período de convocação, sem prejuízo de salário ou benefícios.
- Certificado de Participação e Remuneração compatível com a importância do cargo, correspondente a 10 salários mínimos pelo período de participação.
- Hospedagem, alimentação e transporte integralmente custeados pelo CONAOP.
- Apoio logístico e orientação técnica durante todo o processo, garantindo que cada conselheiro entenda plenamente as pautas e procedimentos.
- Ambiente digno e seguro, com condições adequadas para debates e votações.
- Proteção legal contra retaliações em decorrência dos votos proferidos.

#### 5.2. Deveres dos Conselheiros

- Participar de todas as sessões presenciais, salvo justificativa médica ou força maior.
- Atuar com imparcialidade, tomando decisões com base nos fatos, dados e argumentos apresentados.
- Respeitar os prazos, regras e procedimentos definidos pelo CONAOP.
- Preservar o sigilo de informações restritas ou estratégicas.
- Contribuir nos debates e na formulação das decisões, zelando pela independência de opiniões.

O equilíbrio entre direitos e deveres é essencial para que os conselheiros atuem com independência, responsabilidade e comprometimento, garantindo que o CONAOP cumpra sua função de forma ética e transparente.

---

### 6. Convocação

O processo de convocação dos conselheiros do CONAOP será público, transparente e amplamente divulgado, garantindo a participação de todos os cidadãos selecionados de forma justa e imparcial.

#### 6.1. Sorteio Público

- O sorteio dos 100 conselheiros titulares e 30 suplentes será realizado mensalmente, com transmissão ao vivo pela TV Brasil e canais digitais do CONAOP.

- A seleção ocorrerá a partir da base de cidadãos cadastrados no **CadÚnico** e no **Gov.br**, assegurando a representatividade social e geográfica.

#### **6.2. Prazo de Confirmação**

- Após o sorteio, os conselheiros terão 7 dias para confirmar a participação.
- Caso um titular não seja localizado ou não possa participar, um suplente será imediatamente convocado.

#### **6.3. Comunicação Oficial**

- O CONAOP entrará em contato com os conselheiros por meio de busca física, telefone, e-mail, mensagens de texto e correspondência oficial.
  - A convocação será registrada em Diário Oficial da União, garantindo validade legal.
- 

### **7. Atenção ao Conselheiro**

Para assegurar a plena participação de todos, o CONAOP fornecerá apoio integral aos conselheiros desde o momento do sorteio até o retorno às suas cidades de origem.

#### **7.1. Acompanhamento Personalizado**

- Cada conselheiro contará com um responsável designado que atuará como cicerone em sua região de origem, auxiliando no processo de deslocamento, documentação e preparação para a viagem.
- Outro responsável atuará no Distrito Federal, garantindo suporte logístico durante toda a estadia.

#### **7.2. Apoio Material e Logístico**

- Fornecimento de passagens aéreas ou rodoviárias custeadas integralmente pelo CONAOP.
- Hospedagem em hotel de padrão adequado, preferencialmente no mesmo local onde ocorrerão as sessões.
- Alimentação completa durante todo o período de participação.
- Auxílio com vestuário e bagagem para conselheiros em situação de vulnerabilidade social, garantindo que todos participem com dignidade e igualdade de condições.

#### **7.3. Orientação e Preparação**

- Antes do início das atividades, os conselheiros receberão material didático e participarão de um treinamento presencial sobre:
    - funcionamento do CONAOP;
    - pautas das sessões;
    - regras de votação;
    - direitos e deveres de cada conselheiro.
- 

### **8. Sessões**

As sessões do CONAOP ocorrerão no Distrito Federal e serão organizadas de forma a garantir transparência, acessibilidade e eficiência.

### **8.1. Assuntos sob Responsabilidade do CONAOP**

O CONAOP deliberará exclusivamente sobre temas relacionados à atuação e aos direitos dos parlamentares, incluindo:

- Definição de salários e benefícios;
- Fixação de verbas de gabinete e quantitativo de assessores;
- Critérios e limites para emendas parlamentares;
- Regras de conduta e punições disciplinares;
- Alterações sobre quantitativo de cadeiras no Congresso;
- Benefícios, imunidades e prerrogativas dos parlamentares.
- Suspensão da atividade parlamentar por denúncia no Conselho de ética.

### **8.2. Frequência e Duração**

- Cada grupo de conselheiros participará de até 15 dias de trabalhos mensais no Distrito Federal.
- A programação será dividida em:
  - 10 dias de sessões plenárias para análise, debate e votação;
  - 2 finais de semana para deslocamento, acomodação e adaptação;
  - 1 a 2 dias para treinamento e encerramento.

### **8.3. Apresentação e Treinamento**

- No primeiro dia, os conselheiros receberão uma apresentação detalhada sobre o funcionamento do CONAOP, suas pautas e regras internas.
- Haverá um treinamento prático sobre o sistema de votação eletrônica e procedimentos de debate.

### **8.4. Debates Abertos**

- Antes de cada votação, ocorrerão debates abertos, nos quais serão apresentadas as teses favoráveis e contrárias ao tema.
- Cada lado terá duas exposições de 15 minutos, permitindo ao conselheiro compreender todos os pontos de vista antes de votar.

### **8.5. Votação Aberta com Direito à Palavra**

- O sistema de votação será eletrônico, exibido em painel digital com informações sobre o tema, resultado anterior e próximas pautas.
- Cada conselheiro terá o direito de justificar um voto por dia, com até 2 minutos de fala, fortalecendo a transparência e a pluralidade de opiniões.

### **8.6. Transmissão ao Vivo**

- Todas as sessões serão transmitidas ao vivo pela TV Brasil e pelos canais digitais oficiais.
  - A TV Brasil terá exclusividade na geração das imagens, que poderão ser utilizadas livremente por outros veículos de comunicação.
-

## 9. Custos do CONAOP

A criação e manutenção do Conselho Nacional da Ordem Parlamentar (CONAOP) exigirá uma estrutura administrativa mínima e um orçamento específico para garantir sua operação eficiente e transparente. Todos os cálculos são estimativas iniciais e podem ser ajustados após um estudo técnico detalhado.

### 9.1. Nova Área Administrativa para Operação do CONAOP

Será criada uma unidade administrativa vinculada ao Congresso Nacional, responsável por:

- organização do sorteio público dos conselheiros;
- comunicação, convocação e logística;
- suporte técnico e jurídico;
- coordenação das sessões e relatórios de votação.

Estimativa inicial anual: R\$ 15 milhões *(inclui salários de equipe técnica, infraestrutura, softwares e manutenção)*.

### 9.2. Remuneração dos Conselheiros

- Cada conselheiro receberá 10 salários mínimos pelo período de participação, considerando 100 titulares por mês e 10 meses de sessões por ano.
- Com salário mínimo estimado em R\$ 1.600 (projeção 2025):
  - R\$ 16.000 por conselheiro
  - R\$ 1,6 milhão por mês
  - R\$ 16 milhões por ano

### 9.3. Bagagem e Vestuário para Conselheiros Carentes

Para garantir igualdade de condições, os conselheiros em situação de vulnerabilidade social receberão apoio para aquisição de vestuário adequado e bagagem.

- Estima-se que 30% dos conselheiros necessitarão do benefício.
- Estimativa mensal: R\$ 3.000 por conselheiro carente → R\$ 90 mil/mês
- Estimativa anual: R\$ 900 mil

### 9.4. Deslocamento

O CONAOP custeará passagens aéreas ou rodoviárias para todos os conselheiros:

- Custo médio por pessoa: R\$ 4.000 (ida e volta).
- Custo mensal: 100 conselheiros x R\$ 4.000 = R\$ 400 mil/mês
- Estimativa anual: R\$ 4 milhões

### 9.5. Hospedagem

Os conselheiros serão hospedados no mesmo hotel onde ocorrerão as sessões para otimizar logística:

- Diária média: R\$ 500
- Período por conselheiro: 14 diárias → R\$ 7.000
- Custo mensal: R\$ 700 mil

- Estimativa anual: R\$ 7 milhões

#### **9.6. Alimentação**

Durante todo o período de participação, todas as refeições serão custeadas:

- Custo diário médio: R\$ 300 por conselheiro.
- Custo mensal: R\$ 300 x 14 dias x 100 conselheiros = R\$ 420 mil/mês
- Estimativa anual: R\$ 4,2 milhões

#### **9.7. Material de Apoio e Treinamento**

Inclui:

- apostilas, materiais digitais e kits de orientação;
- treinamento técnico sobre as pautas e procedimentos;
- suporte didático com especialistas.

Estimativa anual: R\$ 800 mil

#### **9.8. Realização dos Eventos (*espaço, equipamentos, decoração e segurança*)**

Para garantir infraestrutura adequada e transmissão ao vivo:

- Locação de equipamentos, cenários e equipe de eventos;
- Sistemas de votação eletrônica e painéis digitais.

Estimativa anual: R\$ 1 milhão

#### **9.9. Apoio na Origem do Conselheiro**

Cada conselheiro terá um cicerone regional para orientá-lo sobre deslocamento e documentação antes da viagem.

- Custo médio: R\$ 1.000 por conselheiro/mês
- Estimativa anual: R\$ 1 milhão

#### **9.10. Apoio no Distrito Federal**

Um responsável exclusivo auxiliará cada conselheiro durante toda a estadia:

- Custo médio mensal: R\$ 1.000 por conselheiro
- Estimativa anual: R\$ 1 milhão

## Resumo Estimativo dos Custos Anuais

Item	Custo Estimado
Área Administrativa	R\$ 15,0 milhões
Remuneração dos Conselheiros	R\$ 16,0 milhões
Bagagem e Vestuário	R\$ 900 mil
Deslocamento	R\$ 4,0 milhões
Hospedagem	R\$ 7,0 milhões
Alimentação	R\$ 4,2 milhões
Material de Apoio e Treinamento	R\$ 800 mil
Realização dos Eventos	R\$ 1,0 milhão
Apoio na Origem	R\$ 1,0 milhão
Apoio no Distrito Federal	R\$ 1,0 milhão
<b>Total Estimado</b>	<b>R\$ 50,9 milhões/ano</b>

---

## 10. Fontes de Recursos

O CONAOP pode ser totalmente financiado sem criar novos impostos ou aumentar despesas do governo federal. A proposta prevê a realocação de recursos já existentes no orçamento do Congresso Nacional.

### 10.1. Redução de Verbas de Gabinete

- Atualmente, cada deputado federal tem direito a verbas de gabinete que gira em torno de R\$ 133 mil.
- Uma redução de apenas 5% dessas verbas geraria aproximadamente R\$ 40 milhões/ano, cobrindo praticamente todos os custos do CONAOP.

### 10.2. Redirecionamento de Emendas Parlamentares

- O orçamento anual destinado às emendas parlamentares supera R\$ 50 bilhões.
- Destinar 0,1% desse valor ao CONAOP garantiria cerca de R\$ 50 milhões/ano, suficiente para custear toda a operação.

### 10.3. Otimização de Estruturas Existentes

- Utilização de instalações já disponíveis no Congresso e integração com equipes técnicas existentes para reduzir custos administrativos.
  - Parcerias com a TV Brasil e plataformas digitais já mantidas pela União evitam gastos extras com comunicação.
-

**Conclusão Parcial da Viabilidade Financeira**

O CONAOP não demanda aumento de impostos nem criação de novas despesas permanentes. A implantação do projeto é plenamente viável por meio da realocação estratégica de recursos já disponíveis, além de promover transparência, representatividade e credibilidade para o Congresso Nacional.



## CONCLUSÃO

A criação do Conselho Nacional da Ordem Parlamentar (CONAOP) representa um avanço histórico para a democracia brasileira, oferecendo um mecanismo inovador e eficaz para reduzir conflitos de interesse, fortalecer a participação popular e aumentar a transparência nas decisões que afetam os parlamentares.

Ao permitir que cidadãos comuns, escolhidos por sorteio público e transparente, participem ativamente da definição de direitos, deveres, benefícios e responsabilidades dos parlamentares, o CONAOP promove um equilíbrio inédito entre o Poder Legislativo e a sociedade.

Essa proposta não tem caráter punitivo nem de enfrentamento político, mas sim de complementaridade institucional, assegurando que temas sensíveis — como salários, verbas, emendas e punições — sejam tratados com imparcialidade, pluralidade e legitimidade social.

---

### Principais Benefícios do CONAOP

- Fortalecimento da Democracia → Maior participação da sociedade nas decisões que impactam diretamente o Parlamento.
- Redução do Corporativismo → Evita que deputados e senadores votem em causas que beneficiam a si próprios.
- Transparência e Controle Social → Todas as etapas do processo são públicas, com sessões transmitidas ao vivo e informações abertas à população.
- Representatividade Nacional → A seleção dos conselheiros assegura diversidade de gênero, raça, classe social, religião, profissão e região geográfica.
- Viabilidade Financeira → O projeto pode ser implantado sem aumento de impostos ou criação de novas despesas, utilizando a realocação inteligente de recursos existentes.

---

### Impacto Esperado

A implantação do CONAOP trará ganhos diretos para o país:

- Maior confiança da população nas instituições democráticas.
- Aproximação entre povo e Parlamento, fortalecendo o diálogo e a legitimidade das decisões.
- Otimização do uso de recursos públicos, com decisões mais alinhadas ao interesse coletivo.
- Modelo pioneiro no mundo, colocando o Brasil como referência internacional em participação cidadã no Legislativo.

---

### MENSAGEM FINAL

O CONAOP simboliza um pacto entre a sociedade e suas instituições. Ele não diminui o papel dos parlamentares, mas complementa sua função ao incluir a voz direta do povo em temas de grande sensibilidade política.

Trata-se de um instrumento democrático, inclusivo e viável, que tem potencial para reconstruir a confiança entre eleitores e representantes, criando um novo paradigma de transparência e representatividade no Brasil.